

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Extraído do documento de defesa



Rocha chegou a ir ao TSE juntamente com Valdemar

Como Valdemar ficou fora da ação do golpe?

Defensor do engenheiro Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL), o advogado Melillo Dinis não esperava que ele, ao final, não viesse a se tornar réu na ação penal que o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando. Porém, ao fazer a sua defesa na terça-feira perante a 1ª Turma, ficou forte no ar um constrangimento. O IVL de Carlos Rocha foi contratado pelo

PL para fazer uma auditoria nas urnas eletrônicas. E essa auditoria acabou sendo a base da ação do PL, que contestava a eleição presidencial. Ficou, então, pesada no ar a pergunta: por que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, denunciou o contratado e não denunciou o contratante? Por que Carlos Rocha e por que não o presidente do PL, Valdemar Costa Neto?

Cláusulas

O contrato com o PL tinha uma cláusula de confidencialidade: o IVL não podia falar sobre ele. Desonera completamente o IVL de responsabilidade pelo uso posterior da auditoria, cabendo qualquer responsabilidade ao contratante. Ou seja, foi Valdemar que agiu e falou.

Fraude

Em nenhum momento, diz a defesa de Carlos Rocha, o relatório do IVL menciona a palavra "fraude". Mais do que isso, em audiência no Senado no dia 20 de novembro de 2022, Carlos Rocha, ao contrário, declarou: "Não há evidências de que houve fraude" na eleição.



Fellipe Sampaio/STF

Julgamento acontece na Primeira Turma do STF

Valdemar foi arrolado como testemunha

"Evidente que (...) não existia nada sobre 'fraude' no material do IVL, nem em qualquer fala de Carlos Rocha, ou em qualquer dos documentos gerados por ele e pelo IVL", diz a defesa. "Qual foi o caminho desesperado de quem não aceitava o resultado das eleições? Construir uma narrativa", conclui. Nesse senti-

do, parece claro que, no curso da defesa agora no julgamento que se inicia, Valdemar acabe sendo jogado para a vala da qual escapou. Ele, inclusive, é um dos arrolados como testemunha no processo. O argumento da defesa vai na linha de que Valdemar e o PL distorceram os achados encontrados pelo IVL.

Rocha

Até porque, em caso contrário, Carlos Rocha jogaria contra a sua própria banca. Formado em 1977 pelo Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), o engenheiro participou, entre 1995 e 1998, do desenvolvimento das primeiras urnas eletrônicas. É o dono da patente dela.

Processo

"Tem o requerido o amplo direito acerca da patente da urna eletrônica", diz o processo no qual Carlos Rocha requereu a propriedade intelectual como inventor da urna eletrônica. Não faria, portanto, sentido, se ele mesmo afirmasse que o aparelho que inventou não seria seguro.

Problemas

Mas o relatório do IVL, de fato, apontava a existência de alguns problemas. No lote de urnas mais antigas, como contestou o PL. Travamentos, repetição de códigos, exposição indevida de eleitores (quando a urna reiniciava). Mas isso não dá margem a concluir fraude.

Indícios

"Esses problemas, sob qualquer circunstância, são algo sequer próximo de fraude", diz a defesa. Tais problemas foram, afirma, apresentados ao PL como indícios relevantes que "requeriam investigações técnicas". Se Valdemar transformou em "fraude", terá que explicar.

Novas vagas na Câmara custarão mais de R\$ 64 mi

Projeto aprovado pela Câmara cria mais 18 deputados

Por Gabriela Gallo

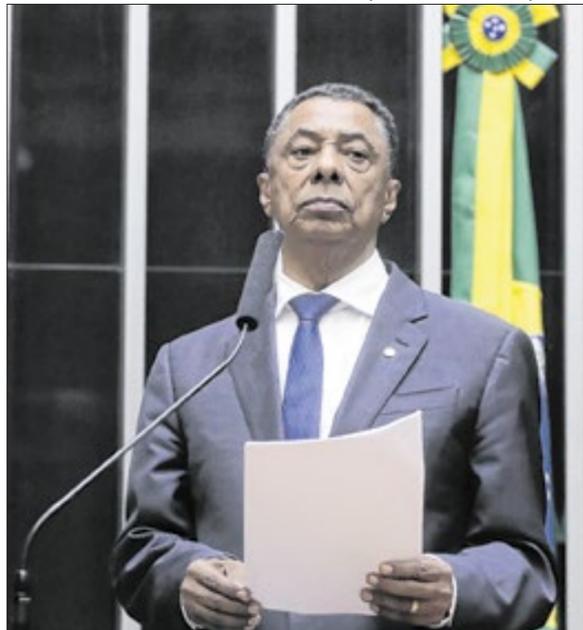
O número de deputados federais no Congresso Nacional pode aumentar. A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta terça-feira (6), o projeto de lei complementar (PLP) 177/2023 que amplia o número de vagas na Câmara dos Deputados de 513 para 531 deputados. De autoria da deputada Dani Cunha (União Brasil-RJ), o texto segue para análise no Senado Federal.

Aprovado na calada da noite de terça-feira (6), na qual primeiro os parlamentares aprovaram o regime de urgência da proposta antes de votá-la de fato, a medida mantém o tamanho das bancadas que perderiam representantes segundo o Censo de 2022. Se aprovado da forma como se encontra, a mudança passa a valer a partir de 2027.

Os parlamentares aprovaram o texto substitutivo do relator da proposta, deputado Damião Feliciano (União Brasil-PB). O relatório do parlamentar optou por uma abordagem em vez do cálculo diretamente proporcional, previsto na Lei Complementar 78/93. Ele argumentou que a perda de representantes significaria também perda de recursos em emendas parlamentares, aumentando a desigualdade regional (visto que, somente o Nordeste perderia oito vagas). "Perder cadeiras significa perder peso político na correlação federativa e, portanto, perder recursos", completou Damião Feliciano.

18 vagas

Inicialmente, o projeto criava 14 novas cadeiras para compensar as bancadas que perderiam espaços com a redistribuição das vagas, baseadas no tamanho da população de cada estado. O texto aprovado na Casa prevê 18 vagas para tentar não prejudicar os estados que teriam uma redução no tamanho da bancada.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Relator aumentou vagas alegando desigualdade regional

Caso o texto seja aprovado da forma como se encontra, as bancadas do Pará e de Santa Catarina ganham quatro novas cadeiras, o Amazonas ganha mais dois parlamentares e os estados do Ceará, Goiás e Minas Gerais terão um representante a mais, cada.

Em função de cálculos de proporcionalidade, o relator pontuou que alguns estados com maior população poderiam acabar tendo menos representantes que outros com menos população. Diante disso, o texto prevê a criação de uma cadeira para o Paraná e o Mato Grosso, cada, e duas cadeiras para o Rio Grande do Norte.

A discussão do tema veio por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu ao Congresso até o dia 30 de maio para decidir sobre a medida. Em agosto de 2023, a Suprema Corte acatou uma ação do governo do Pará que apontou omissão do poder Legislativo em atualizar o número de deputados de acordo com

a mudança populacional, conforme previsto na Constituição.

Impactos

Segundo a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, caso o texto seja aprovado, as alterações devem resultar num impacto orçamentário de R\$ 64,8 milhões ao ano. Isso desconsiderando gastos com reformas que devem ser realizadas na Casa para comportar o aumento de parlamentares — como a construção de novos gabinetes e ampliação do número de cadeiras no plenário da Casa.

Mas para além disso, ao Correio da Manhã o cientista político pela Universidade Federal de Pernambuco João Felipe Marques relembrou os gastos com as emendas parlamentares.

"Neste ano, cada deputado teve direito a um montante que ultrapassa R\$ 37 milhões em emendas individuais. É claro que o orçamento seria revisado periodicamente, mas é difícil imaginar que os atuais parlamentares este-

jam dispostos a abrir mão de parte desses generosos recursos para acomodar novos colegas na Casa. Há ainda os gastos indiretos, como a expansão da infraestrutura da Câmara, investimentos em tecnologia da informação, realocação de gabinetes, e a polêmica redistribuição dos apartamentos funcionais. São elementos que os defensores da proposta consideram inevitáveis, dado o caráter periódico da revisão da proporcionalidade na representação", disse Marques.

O cientista político ainda ponderou que "a revisão periódica do número de parlamentares não é uma mera formalidade: ela tem o objetivo de alinhar a representação política ao tamanho da população". Ele avalia outros possíveis impactos políticos com a medida.

"Um dos possíveis efeitos é o agravamento da fragmentação partidária, um desafio relevante no Brasil, que já chegou a ter o maior número efetivo de partidos do mundo. Quanto mais cadeiras, maior a chance de partidos menores conquistarem representação. A Ciência Política já demonstrou que o Brasil é um 'ponto fora da curva' — conseguimos alguma governabilidade mesmo com muitos partidos —, mas esse é o tipo de fator que deve ser levado em conta ao se aprovar uma mudança desse porte", ele completou.

Contra

Ao Correio da Manhã, a deputada federal Rosângela Moro (União Brasil-SP) se manifestou contrária ao projeto, alegando que as mudanças representam "um aumento de gastos públicos em um momento em que se deveria discutir o contrário: a redução de despesas e o enjugamento da máquina estatal". "O que precisamos agora é de foco, responsabilidade fiscal e mais compromisso com quem paga a conta: o contribuinte", reiterou a parlamentar para a reportagem.

Oposição adia entrega do pedido de CPI Mista do INSS

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

Deputados e senadores do campo oposicionista decidiram adiar o protocolo do pedido de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as denúncias de fraudes cometidas contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A entrega estava inicialmente prevista para a última terça-feira (6), acabou não acontecendo na quarta-feira, e a nova data ainda não foi definida.

Há uma avaliação de que o adiamento ocorreu também pela ausência do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que faz parte da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na viagem que faz à Rússia e à China. Alcolumbre só retornará ao Brasil na próxima quarta-feira (14).

Mais robusto

Embora o documento já possua 33 assinaturas de senadores e 209 de deputados federais — superando o apoio mínimo de 27 senadores e 171 deputados para que uma CPMI seja oficialmente proposta — interlocutores da oposição revelaram ao Correio da Manhã que o adiamento ocorreu para que os parlamentares possam articular o máximo de assinaturas possíveis, para que seja um pedido mais robusto.



Damares colhe as assinaturas para a CPMI no Senado

Segundo a autora do requerimento na Câmara, deputada Coronel Fernanda (PL-MT), o colegiado servirá para apurar a fundo o caso e pressionar a base governista para assinar também. "Essa é uma ação não partidária, é uma ação a favor do povo brasileiro. Peço à esquerda, que se diz tão a favor dos menos favorecidos, por que não assinaram ainda?", declarou na tribuna do plenário. Já no Senado, a responsável pelo recolhimento dos nomes é a senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Após ser protocolada a CPMI, Davi Alcolumbre ainda precisará dar o aval e fazer a leitura oficial do requerimento de abertura. Para isso, ele precisará convocar uma sessão do Congresso Nacional.

O convite de Lula para que Alcolumbre viajasse com ele é visto como uma forma de Lula se aproximar do presidente do Senado em busca de engavetar o pedido da CPMI, que tem gerado aborrecimentos ao governo federal. Diante da crise, Alessandro Stefanutto, que ocupava a presidência do INSS, e o então ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, deixaram o governo. Além deles, outros quatro dirigentes da autarquia foram afastados.

CPI

Na última quarta-feira (30), o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) chegou a formalizar um pedido para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) somente

na Câmara. No entanto, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB) destacou em reunião de líderes que não há previsão para a instalação da comissão, já que há uma fila com outras 12 solicitações de CPIs e, de acordo com o regimento interno, apenas cinco podem funcionar simultaneamente. A oposição chegou a considerar tentar retirar alguns pedidos existentes para acelerar a tramitação da investigação dos golpes contra os beneficiários do INSS.

No dia 23 de abril, a Polícia Federal, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), cumpriu 211 mandados judiciais no âmbito da Operação Sem Desconto, com o objetivo de investigar a prática de descontos irregulares de mensalidades associativas que não haviam sido autorizadas pelos beneficiários do INSS. Como medida imediata, todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) celebrados entre a autarquia e essas entidades foram suspensos.

Em entrevista à Voz do Brasil nesta quarta-feira (7), o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, afirmou que cerca de sete milhões de aposentados foram alvo de descontos mensais. Segundo ele, a investigação notou aumento no valor dos descontos já a partir de 2017, 2018 e 2019.